

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

No que se refere à evolução da administração pública, bem como ao empreendedorismo governamental e às novas lideranças no setor público, julgue os itens a seguir.

- 51** O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado em 1936, foi instrumental para a implementação da administração pública gerencial no Brasil.
- 52** No âmbito da política de assistência social, é garantida a participação popular, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- 53** Controle social é o processo de fiscalização exercido exclusivamente por tribunais de conta em qualquer nível de governo.
- 54** *Accountability* é um termo que define o processo de auditoria contábil realizado por técnicos da Controladoria-Geral da União em empresas públicas.

A respeito da gestão por resultados na produção de serviços públicos e da gestão de pessoas por competências, julgue os itens que se seguem.

- 55** O controle *a priori* dos processos e o excesso de normas são elementos típicos da gestão por resultados na produção de serviços públicos.
- 56** Para que um profissional seja produtivo, é necessário, entre outras condições, que o trabalho realizado seja adequado às suas competências.

Julgue os itens seguintes, relativos a governabilidade e governança, processo de formulação e desenvolvimento de políticas públicas e políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo.

- 57** O corporativismo societal relaciona-se a democracias com sistemas eleitorais partidários abertos e competitivos, como as democracias avançadas do *welfare state*.
- 58** No ciclo das políticas públicas, a etapa de formulação das políticas corresponde ao reconhecimento de uma questão social como um problema público cuja solução requer ação governamental.
- 59** No contexto da descentralização político-administrativa das ações governamentais de assistência social, a coordenação e a definição de normas gerais são atribuições da esfera federal.
- 60** No âmbito dos conselhos de políticas públicas, a função mobilizadora está relacionada ao estímulo à participação da população na gestão pública.
- 61** Os governos locais são os principais responsáveis pela implementação das políticas sociais universais descentralizadas pelo governo federal.
- 62** O controle social é um importante mecanismo de prevenção da corrupção no Brasil.

Em relação ao planejamento e avaliação nas políticas públicas, aos conceitos de planejamento e ao ciclo do planejamento em organizações (PDCA), julgue os próximos itens.

- 63** A apreciação e o diálogo são fases do processo de formulação de políticas públicas.
- 64** Uma avaliação de impacto visa aferir mudanças no bem-estar de indivíduos atribuídas a um projeto, política pública ou programa específico.
- 65** Avaliações somativas destinam-se a verificar se um programa ou política pública respondem, fundamentalmente, a um problema bem delimitado e pertinente.
- 66** Pela análise de custo-efetividade estima-se o total de benefícios esperados de um programa em comparação com o custo total esperado.
- 67** Indicadores construídos com base em censos demográficos são inadequados para a formulação das políticas públicas dadas a sua pouca amplitude temática e a desagregação por grupos sociodemográficos e unidades territoriais.
- 68** PDCA consiste em um ciclo de planejamento para a gestão de recursos humanos cujas etapas são planejar, dirigir, categorizar e avaliar.

Acerca do *Balanced Scorecard* (BSC), julgue os itens a seguir.

- 69** As metas no BSC são descrições qualitativas de longo prazo do que a organização deseja alcançar, enquanto os indicadores são iniciativas táticas de curto prazo que direcionam a execução das ações necessárias para se atingirem os resultados esperados.
- 70** BSC é uma ferramenta de gestão estratégica que se volta especificamente à avaliação do desempenho financeiro da organização, sendo sua principal aplicação a medição do retorno sobre o investimento.

No que concerne ao referencial estratégico das organizações, julgue os itens seguintes.

- 71** A análise SWOT é uma ferramenta estratégica que permite a identificação e a avaliação de fatores organizacionais internos (forças e fraquezas) e externos (oportunidades e ameaças), sendo crucial à formulação de estratégias de aumento de vantagens competitivas e mitigação de riscos.
- 72** A matriz GUT é uma ferramenta que permite à organização antecipar e analisar diferentes cenários possíveis e desenvolver planos de contingência, de modo a auxiliar na tomada de decisão em ambientes de alta incerteza.

No que diz respeito a indicadores de desempenho, julgue os próximos itens.

- 73** Indicadores de eficácia medem a relação entre os resultados alcançados e os objetivos propostos, focalizando a qualidade do que foi entregue e a consecução dos propósitos estabelecidos, independentemente da otimização dos recursos utilizados.
- 74** Em um indicador de desempenho, a variável componente “meta” representa o valor real ou o dado coletado que reflete o desempenho atual da organização.
- 75** Indicadores de produtividade são um tipo específico de indicador de eficiência, pois medem a relação entre a quantidade de recursos utilizados e a quantidade de produtos ou serviços gerados.

A respeito das reformas administrativas e da redefinição do papel do Estado, julgue os itens que se seguem.

- 76** Um dos pilares da reforma do serviço civil no modelo gerencial é a flexibilidade, que se refere à capacidade da gestão pública de adaptar estruturas, processos e alocação de pessoal às demandas mutáveis da sociedade e às prioridades governamentais, sem comprometer a estabilidade necessária à execução das políticas de Estado.
- 77** As reformas administrativas no Brasil, especialmente as ocorridas a partir da década de 1990, buscaram predominantemente a transição de um modelo burocrático para um modelo gerencial de gestão pública, mantendo a centralização das decisões no âmbito da União.

No que se refere à administração de compras e materiais, julgue os itens a seguir.

- 78** No âmbito das compras governamentais no Brasil, a modalidade de licitação pregão é obrigatória, em muitos casos, para a aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado, com vistas à celeridade e à economicidade do processo.
- 79** O gerenciamento de estoques tem como um de seus principais objetivos a manutenção de grandes volumes de produtos, a fim de garantir disponibilidade imediata e reduzir os riscos de ruptura.

Acerca de governabilidade, governança e intermediação de interesses, julgue os itens a seguir.

- 80** O conceito de governança está ligado à forma como o poder é exercido e à qualidade da gestão pública, e envolve mecanismos de controle, transparência, participação social e prestação de contas, sendo, portanto, um sinônimo de governabilidade.
- 81** O clientelismo é uma forma de intermediação de interesses que se caracteriza pela troca de favores entre atores políticos e grupos de interesse, baseada em relações de barganha informal e pessoal, sendo o acesso a bens e serviços públicos condicionado a apoios políticos.

Em relação à gestão de projetos, julgue os itens subsequentes.

- 82** A análise das partes interessadas ou *stakeholder analysis* deve ser realizada apenas na fase inicial do planejamento do projeto, pois as necessidades e influências desses indivíduos ou grupos tendem a permanecer constantes ao longo do ciclo de vida do projeto.
- 83** O caminho crítico de um projeto representa a sequência mais longa de atividades que determina a sua duração total mínima, e qualquer atraso em uma atividade do caminho crítico do projeto resultará em atraso equivalente na data de seu término, uma vez que, em geral, não há folga nessas atividades.

De acordo com a Lei Complementar n.º 131/2009 (Lei da Transparência), julgue os itens subsecutivos.

- 84** A transparência deve ser assegurada, além de pela divulgação em tempo real de informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira dos entes federados, pela adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União.
- 85** A referida lei exige que os entes da Federação realizem, quanto às despesas, a disponibilização mínima dos dados referentes ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado.

Julgue os itens a seguir, que tratam dos princípios orçamentários e suas implicações.

- 86** A abertura de créditos extraordinários para o atendimento a situações imprevisíveis, como calamidades públicas, mesmo sem previsão na lei orçamentária anual (LOA), não viola o princípio da exclusividade.
- 87** O princípio da publicidade pode ser alegado pelos cidadãos para exigir acesso detalhado e irrestrito a todas as justificativas e demonstrativos contábeis das despesas públicas vinculadas ao orçamento anual, desde que não haja restrição de acesso às informações por sigilo legal e fundamentado.
- 88** O princípio da anualidade limita a execução orçamentária ao período correspondente ao exercício, sendo vedada a continuidade de despesas de capital para exercícios seguintes.
- 89** O fato de, na execução orçamentária de um município, não se respeitarem os limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) configura o descumprimento do princípio do equilíbrio orçamentário, ainda que a arrecadação do período seja superior às estimativas iniciais.

Julgue os seguintes itens, relativos aos instrumentos de planejamento, execução e controle orçamentário.

- 90** As metas e diretrizes do plano plurianual (PPA) podem ser alteradas diretamente pelo Poder Executivo no decorrer de sua vigência, por meio de medidas provisórias, desde que as alterações sejam justificadas pelo acompanhamento da execução orçamentária.
- 91** A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) deve estabelecer os critérios para a elaboração da LOA, incluídos os limites para a estruturação dos programas em ações e metas, de forma a garantir a integração e a coerência desses instrumentos.
- 92** Na abertura de crédito especial para a execução de política pública não prevista no orçamento original, deve-se identificar sua fonte de financiamento e discriminar a natureza da despesa, incorporando-a à classificação orçamentária.

No que se refere às alterações orçamentárias e à sua articulação com outros aspectos da execução orçamentária, julgue os itens subsequentes.

- 93** Ao longo do processo orçamentário federal, a atuação do Congresso Nacional limita-se à modificação e à aprovação do projeto de LOA, não lhe cabendo intervir no PPA ou na LDO.
- 94** Para que se promova a descentralização orçamentária entre órgãos de um mesmo ente federativo, exige-se a manutenção da classificação funcional original da despesa, permitindo-se, entretanto, alterações na classificação econômica se houver justificativa aprovada pela autoridade responsável.
- 95** A abertura de créditos extraordinários pelo Poder Executivo estadual com vistas à execução de despesas relacionadas à manutenção de prédios públicos atingidos por intempéries sazonais pode ser realizada sem autorização legislativa prévia, desde que tais despesas sejam compatíveis com a LDO.

Julgue os itens que se seguem, referentes a alterações orçamentárias.

- 96** A transposição, remanejamento ou transferência de recursos financeiros entre categorias de programação realizados sem autorização legislativa específica resulta na inconstitucionalidade da execução financeira correspondente.
- 97** As alterações no orçamento promovidas por créditos suplementares não podem ultrapassar o limite autorizado na LOA, ainda que existam recursos em excesso.
- 98** Para a abertura de crédito especial, exige-se a indicação de uma fonte de recursos inédita, independentemente de o valor solicitado ser proporcionalmente inferior ao excesso de arrecadação identificado no exercício financeiro.
- 99** Se os créditos suplementares abertos por decreto executivo ultrapassarem o limite estabelecido na LOA, a despesa excedente não poderá ser considerada irregular pelo tribunal de contas, dada a autorização genérica de abertura de créditos prevista no texto da referida lei.

A respeito de planejamento, execução e controle do orçamento público, julgue os próximos itens.

- 100** As despesas financiadas por recursos vinculados a convênios firmados entre entes da Federação, ainda que de natureza específica, podem ser classificadas na programação orçamentária do órgão executor sem a discriminação da origem específica de tais receitas.
- 101** A destinação de receitas vinculadas, como aquelas previstas em convênios celebrados entre entes federativos, não pode ser alterada por decreto, mesmo que devidamente justificada, devendo ser respeitada a finalidade originalmente pactuada, em observância ao princípio da indisponibilidade do interesse público.
- 102** O orçamento-programa exige que a estrutura programática do orçamento público estabeleça a vinculação entre as metas a serem alcançadas e os recursos alocados, o que o caracteriza como uma abordagem voltada para resultados.
- 103** No sistema de planejamento e orçamento federal brasileiro, o plano plurianual (PPA) desempenha o papel de instrumento estratégico orientador das políticas de governo, vinculando obrigatoriamente as metas estabelecidas a programas de governo que possam ser monitorados quanto à execução física e orçamentária.

Acerca das receitas públicas, julgue os itens a seguir.

- 104** A receita pública é constituída pelos ingressos que, além de integrarem o patrimônio público de forma definitiva, não resultam de operações de crédito, sendo destinada ao custeio das despesas públicas e à realização de investimentos.
- 105** A receita patrimonial, uma das classificações da receita pública, é composta por ingressos decorrentes da exploração de atividades econômicas do Estado, como tarifas cobradas pela prestação de serviços públicos.
- 106** O lançamento da receita pública constitui o ato por meio do qual se identifica o contribuinte, calcula-se o valor devido e formaliza-se a obrigação de pagar, configurando estágio posterior ao recebimento.
- 107** A inscrição em dívida ativa constitui receita pública, pois representa o ingresso efetivo de recursos financeiros nos cofres públicos oriundos da cobrança judicial de créditos tributários ou não tributários.
- 108** Os estágios da receita orçamentária incluem previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento; a previsão não integra os estágios executórios, pois consiste em ato prévio de planejamento orçamentário.
- 109** Na inscrição em dívida ativa tributária, caso ocorra erro formal que não cause prejuízo à defesa do contribuinte, a certidão permanece válida para fins de execução fiscal, podendo o vício ser sanado a qualquer tempo pelo fisco, sem necessidade de cancelamento e reinscrição do débito.

Julgue os itens seguintes, relativos ao conceito, à classificação, aos estágios e às especificidades da despesa pública no Brasil.

- 110** A dívida fundada compreende os compromissos assumidos cuja exigibilidade ultrapassa o exercício financeiro, incluídos os restos a pagar processados e não processados.
- 111** O estágio da liquidação da despesa consiste no reconhecimento da obrigação do Estado perante terceiros, com base em título e contrato, e compreende a verificação do direito adquirido pelo credor.
- 112** O suprimento de fundos constitui modalidade de execução da despesa pública, sendo vedada sua utilização para o custeio de despesas com diárias, passagens ou serviços extraordinários prestados por servidores em caráter eventual.
- 113** As despesas de exercícios anteriores somente podem ser executadas caso tenham sido regularmente empenhadas no exercício a que se referem e inscritas como restos a pagar processados ou não processados, sendo vedado seu reconhecimento por meio de novo empenho em exercício posterior.
- 114** A dívida flutuante corresponde ao conjunto de obrigações de curto prazo assumidas pelo ente público, entre as quais se incluem restos a pagar não processados, depósitos de terceiros e débitos de tesouraria; diferentemente da dívida fundada, a rolagem ou refinanciamento da dívida flutuante prescindem de autorização legislativa específica.
- 115** Independentemente de sua vinculação a obrigações constitucionais ou legais, toda despesa pública deve estar previamente fixada na lei orçamentária anual, conforme o princípio da legalidade orçamentária, de forma que seja possível sua execução financeira, ressalvadas as exceções legais.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsequentes.

- 116** A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada e transparente, com prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.
- 117** O plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual integram o planejamento governamental no âmbito da LRF, devendo estar compatibilizados entre si e com as metas fiscais de médio prazo.
- 118** De acordo com a LRF, os entes da Federação devem assegurar ampla transparência na gestão fiscal, com a disponibilização de informações em meios eletrônicos de acesso público, inclusive sobre dívida consolidada, restos a pagar e renúncias de receita.

---

Julgue os próximos itens, à luz das disposições da Lei Complementar n.º 200/2023, que institui o regime fiscal sustentável para as contas da União.

- 119** A despesa primária da União, em cada exercício, estará sujeita a um limite individualizado por Poder e por órgão, inclusive para o Ministério Público da União e para a Defensoria Pública da União.
- 120** O Poder Executivo deve encaminhar, anualmente, ao Congresso Nacional as metas de resultado primário para os três exercícios seguintes, acompanhadas da respectiva margem de tolerância.

---

**Espaço livre**

---